



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO
PARANÁ**

**ROTEIRO DE ANÁLISE
DE CONSISTÊNCIA DOS
DADOS**

**PRESTAÇÃO DE
CONTAS ANUAL DO
PREFEITO MUNICIPAL**



DEFESA CIVIL

RCD MA002 – PLANEJAMENTO DA DEFESA
CIVIL



PROGOV

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?	4
ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO	5
PLANEJAMENTO DA DEFESA CIVIL	6
LITERATURA SUGERIDA	10
ITENS A SEREM VERIFICADOS	11
PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	12
SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.....	12
SOBRE A VISITAÇÃO À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E AS ENTREVISTAS AOS PROFISSIONAIS.....	13
PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	14
ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	18
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO(S) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELA DEFESA CIVIL.....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO III - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (CHECKLIST).....	23
ANEXO IV – POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES	29

INTRODUÇÃO

Com a reformulação do processo de emissão de Parecer Prévio sobre as contas dos prefeitos paranaenses, concebida no ano de 2022, a apreciação do desempenho anual do governo passou a considerar o grau de implementação de ações que estão sob a responsabilidade do chefe do poder executivo municipal nas áreas de administração financeira, aquisições e contratações, assistência social, meio ambiente, educação, previdência social, saúde e transparência, relacionamento e controle.

Para isso, foi inserida a **Avaliação da Atuação Governamental** como parte integrante do Parecer Prévio. Esse instrumento busca mensurar o desempenho do governo em cada uma das áreas avaliadas com base em informações e documentos fornecidos diretamente por agentes públicos municipais, denominados de **interlocutores**, tais como secretários, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, coordenadores de unidades de saúde e de centros de referência da assistência social, entre outros.

A diversificação da base de interlocutores resultou na participação de mais de 31.000 pessoas no ano de 2025, fato que, além de implicar mais legitimidade ao processo, limita a possibilidade de ações coordenadas com intuito de inflar inapropriadamente a nota obtida pelos governos municipais na Avaliação da Atuação Governamental.

Apesar disso, tendo em vista a grande quantidade de aspectos avaliados no processo e considerando a necessidade de fomentar um amplo e irrestrito diagnóstico das políticas a todas as partes interessadas, tais como as instituições de controle, as câmaras municipais, a sociedade e os próprios municípios avaliados, torna-se necessário avançar na definição de mecanismos de asseguarção da confiabilidade e integridade das informações fornecidas anualmente pelos interlocutores.

Diante disso, este documento tem por objetivo estabelecer procedimentos para orientar as unidades de controle interno municipais, as entidades de controle social, o próprio Tribunal de Contas e demais interessados na **análise de consistência dos dados** fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

COMO UTILIZAR ESTE DOCUMENTO?

A proposta deste documento é estabelecer procedimentos que permitam aferir a consistência dos dados fornecidos pelos agentes públicos interlocutores da Avaliação da Atuação Governamental.

Além disso, a aplicação dos procedimentos sugeridos neste trabalho também pode resultar na elaboração de relatórios com a identificação de achados e a emissão de recomendações para que a gestão municipal adeque os seus processos de modo a melhorar a qualidade dos serviços disponibilizados à população.

Para alcançar os resultados esperados com a aplicação dos procedimentos, sugere-se que este documento seja utilizado a partir dos seguintes passos:



Leitura do documento na íntegra, o que propiciará ao usuário um conhecimento geral do assunto tratado e dos procedimentos a serem realizados.



Leitura da LITERATURA SUGERIDA, de modo que o usuário tenha condições de aprofundar o seu conhecimento no assunto tratado. Esta ação deve ser realizada a critério do usuário, considerando o seu conhecimento prévio sobre o assunto e o tempo disponível para a atividade.



Comunicação e solicitação, à gestão municipal, dos documentos que subsidiarão os procedimentos, ficando a critério do auditor a utilização do modelo sugerido no [ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL](#).



Realização de visita à coordenadoria de defesa civil para aplicação do [ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO\(S\) PROFISSIONAL\(IS\) RESPONSÁVEL\(IS\) PELA ÁREA DE DEFESA CIVIL](#).



Preenchimento do ANEXO III - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (CHECKLIST), cujos quesitos devem ser respondidos considerando as orientações dos [PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE](#) referenciados na coluna "PA".



Os quesitos que forem respondidos com "**não**" indicarão a existência do achado referenciado na coluna "**possíveis achados**", no [ANEXO III - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS \(CHECKLIST\)](#). Os achados estão especificados no [ANEXO IV - POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES](#), acompanhados de possíveis recomendações aplicáveis.

ASPECTOS COMPREENDIDOS NESTE DOCUMENTO

Este documento estabelece procedimentos de análise de consistência de dados para o Item de Verificação **02 – Planejamento da defesa civil**, inserido na questão **01 – Defesa Civil** da área do **Meio Ambiente**.

Questões	Q01. Defesa Civil	Q02. Gestão de recursos ambientais	Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	Q04. Planejamento urbano ambiental	Q05. Abastecimento de água e esgoto	Q06. Resíduos sólidos	Q07. Mudanças climáticas
Itens de Verificação	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	IV05. Estruturação da política ambiental	IV07. Gestão do sistema de drenagem	IV10. Planejamento e sustentabilidade urbana	IV12. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	IV14. Planejamento para gestão dos resíduos sólidos	IV16. Diagnósticos sobre mudanças climáticas
	IV02. Planejamento da defesa civil	IV06. Práticas de conservação e recuperação ambiental	IV08. Incentivos à permeabilidade e ao reuso da água	IV11. Gestão urbana de áreas de risco	IV13. Resiliência operacional do Saneamento Básico	IV15. Operação e execução da gestão de resíduos sólidos	IV17. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas
	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil		IV09. Situações de alagamentos, inundações e enchentes				IV18. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática
	IV04. Informação, dados e sistemas de alerta da defesa civil						IV19. Ações de mitigação e adaptação climática

PLANEJAMENTO DA DEFESA CIVIL

É fato que eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes e intensos. Notícias de chuvas intensas, granizo, enxurradas e secas, de forma cada vez mais severa, são veiculadas nos meios de comunicação constantemente.

No Estado do Paraná, só no ano de 2025, segundo os dados coletados do Sistema Informatizado de Defesa Civil, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) - SISDCPR, ocorreram 574 desastres, os quais afetaram mais de 60% dos Municípios, mais precisamente, 246, atingindo 292.237 pessoas e ocasionando 27 óbitos.

Mas, para além dessa anomalia nos padrões de ocorrência de eventos mais conhecidos, fenômenos antes incomuns, como tornados, estão mais frequentes de uma forma alarmante.

Nesse sentido, conforme dados extraídos do SISDCPR, no período compreendido entre as datas de 01/01/2021 a 31/12/2024, houve o registro de apenas um tornado no Município de São José de Boa Vista, mais precisamente em 28/10/2023, o qual afetou 32 pessoas.

Contudo, só no ano de 2025 foram registradas 08 ocorrências de tornados os quais atingiram 08 Municípios, geraram 07 óbitos e afetaram 22.999 pessoas, sendo o Município de Rio Bonito do Iguaçu, como é de conhecimento notório, o mais drasticamente afetado.

No mês de janeiro de 2026 já foram registradas duas ocorrências de tornados nos Municípios de Mercedes e de São José dos Pinhais, afetando respectivamente, 2 e 1239 pessoas.

Além dos danos inestimáveis como a vida, à saúde, há os danos materiais provocados, tanto privados quanto públicos, sendo que os últimos afetam a prestação de serviços públicos, como a água, energia elétrica, funcionamento de escolas.

A proteção e defesa civil municipal gera a redução de riscos, a mitigação danos e a celeridade na retomada de serviços essenciais após crises, assegurando a continuidade de direitos fundamentais e a preservação de vidas, configurando como elemento estruturante da resiliência local diante de desastres e eventos climáticos adversos.

Considerando esse cenário, a existência de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (Compdec), com uma estrutura adequada é imprescindível para o enfrentamento de adversidades climáticas.

Mas, não basta a existência formal da coordenadoria, ela deve, dentre outros aspectos, possuir estrutura física suficiente para atender às demandas e pautar a atuação em estudos, diagnósticos e planejamento.

A Defesa Civil deve ser **formalmente constituída e com equipe dimensionada adequadamente** capacitada, tendo em vista o constante desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento de recursos por órgãos técnicos estaduais e federais para subsidiar a sua atuação.

No âmbito dessa temática, uma das responsabilidades do Município consiste na elaboração do **Plano de Contingência – PLACON** assim definido pelo art. 1º, parágrafo único, inc. VII da Lei 12608/12:

(...) conjunto de procedimentos e de ações previsto para prevenir acidente ou desastre específico ou para atender emergência dele decorrente, incluída a definição dos recursos humanos e materiais para prevenção, preparação, resposta e recuperação, elaborado com base em hipóteses de acidente ou desastre, com o objetivo de reduzir o risco de sua ocorrência ou de minimizar seus efeitos;

O PLACON deve orientar a atuação do Município frente à ocorrência de desastres. É elaborado em momento de normalidade, possibilitando o estudo, o diagnóstico e a formulação de estratégias, para que nos momentos mais críticos, de desastres, que demandam a atuação célere, os atos estejam previamente articulados e definidos em um processo de trabalho claro e preciso, permitindo uma maior segurança e efetividade na adoção de medidas.

Os elementos mínimos que devem ser observados na elaboração do PLACON são:

1. **Diagnóstico local** considerando, dentre outros fatores, o histórico de ocorrências do Município, as características topográficas, as bacias hidrográficas e as condições climáticas locais.
2. **Definição clara de responsabilidades**, com a indicação dos órgãos, equipes e gestores responsáveis pela tomada de decisão e pela execução de cada ação prevista.
3. **Definição dos sistemas de alerta** a desastres em articulação com o sistema de monitoramento, com especial atenção dos radioamadores;
4. **Organização dos exercícios simulados.**
5. **Previsão de procedimentos operacionais e dos recursos humanos e materiais necessários** para as fases de prevenção, preparação, resposta e recuperação. Exemplo: Cadastro de equipes e voluntários e definição de locais para abrigos.
6. **Estratégias de comunicação e atendimento à população** (atendimento emergencial, fluxos de triagem, abrigamento, saúde e apoio psicossocial)

7. Localização dos **centros de recebimento de apoio**, bem como a organização das estratégias para distribuição de doações e suprimentos.

Em paralelo, recomenda-se observar boas práticas internacionalmente reconhecidas pelo Marco de Sendai 2015–2030, que orienta a gestão de riscos de desastres com foco em prevenção, preparação e capacidade de resposta multissetorial.

Além disso, a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelece diretrizes e objetivos para a **atuação integrada** dos entes federativos nas ações de proteção e defesa civil. A política também enfatiza o **planejamento fundamentado** em pesquisas e estudos técnicos sobre áreas de risco e recorrência de desastres, bem como a **participação da sociedade** no processo de gestão do risco, como elemento essencial para a efetividade das ações de proteção e defesa civil.

O artigo 8º da PNPDEC estabelece que compete aos municípios implementar a política de proteção e defesa civil no âmbito local, identificar e fiscalizar áreas de risco, integrar ações ao planejamento urbano, manter a defesa civil municipal organizada e informar, capacitar a população.

No ciclo anual de gestão, o município deve avaliar a eficácia do Plano, verificando: mudanças no padrão climático local e atualização de cenários e mapas de risco; registro e análise dos eventos ocorridos (danos, resposta, tempos); simulados com equipes e, quando aplicável, com a população; e testes programados dos sistemas de alerta, registrando alcance, falhas e medidas corretivas. Quando houver ocorrência de desastres no período, exige-se o plano de recuperação pós-desastre com metas, prazos e responsáveis, contemplando, entre outros, reconstrução de infraestrutura, apoio às famílias (incluindo realocação quando necessária) e proteção de animais, além da quantificação de danos e prejuízos considerando interrupções em serviços públicos essenciais (energia, saúde, educação, transporte/mobilidade). Esses parâmetros decorrem do arranjo normativo federal e das orientações técnicas para resposta e recuperação, inclusive quanto aos ritos de decretação e reconhecimento federal de desastres.

A transparência ativa é componente transversal: o Plano de Contingência deve estar publicado no site/Portal da Transparência, em versão íntegra e atualizada, assegurando a proteção de dados pessoais conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A divulgação favorece o controle social, a coordenação intersetorial e a mobilização comunitária para prevenção e resposta, sem expor informações sensíveis de pessoas ou famílias.

As questões auxiliares que compõem este item de verificação têm por objetivo verificar se o Município **estruturou adequadamente o seu Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil**, em conformidade com os requisitos mínimos previstos em lei, se assegura a disponibilidade e a transparência do documento, bem assim se avaliou a sua eficácia no ano de

referência. Buscam ainda verificar a existência e o conhecimento de um processo de trabalho formalizado, que defina o **passo a passo para a decretação da situação de emergência e de estado de calamidade pública**. Avalia-se também se há planejamento formalizado para a **coleta, distribuição e controle de suprimentos** destinados à população em caso de desastre, bem como a existência de plano de recuperação pós-desastre, contemplando a recomposição das áreas afetadas e o apoio às pessoas e aos animais vitimizados, considerando a interrupção de serviços e os danos às estruturas públicas essenciais na quantificação dos danos e prejuízos causados por desastres

Referência		Link para acesso
1	Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012	Link Lei 12608
2	Lei 12.340, de 02 de junho de 2014	Link Lei L12340
3	Manuais/Guias SEDEC/MDR – Planos de Contingência, Simulados, Avaliação de Danos e Recuperação.	2023 LIV DEF Defesa Civil Prevencao Desastres.pdf
4	Portaria MDR Nº 260, de 2 de fevereiro de 2022.	Declaração de situação de emergência ou estado de calamidade
5	Marco de Sendai 2015–2030.	Marco de Sendai 2015–2030

LITERATURA SUGERIDA

- [Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012](#)
- [Lei 12.340, de 01 de dezembro de 2010](#)
- [Elaboração de Plano de Contingência](#)
- [Estratégias locais para construção de Municípios resilientes](#)
- [Declaração de situação de emergência ou estado de calamidade](#)
- [Planejamento/processo formalizado de suprimentos](#)
- Planos de contingência disponíveis no site: [Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional](#)

ITENS A SEREM VERIFICADOS

Item	Questão Auxiliar
1	O Município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil que compreenda os requisitos mínimos previstos em lei?
2	No ano de referência, o Município avaliou a eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, verificando sua adequação às situações descritas no plano?
3	O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil está disponível no site do Município com a observância da LGPD?
4	O Município possui processo de trabalho que defina o passo a passo para decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública?
5	O Município possui planejamento/processo formalizado para coleta, distribuição e controle de suprimentos destinados à população em caso de desastre?
6	Nas situações enfrentadas no ano de referência, o Município adotou plano de recuperação pós-desastre que contemplasse recomposição de áreas afetadas e apoio a pessoas e animais vitimizados?
7	O Município considera a interrupção dos serviços e/ou danos nas estruturas públicas essenciais na quantificação dos danos e prejuízos causados por desastres, como por exemplo: energia, saúde, educação, transporte e mobilidade?

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

A instância executora deverá comunicar à coordenadoria municipal da área da Defesa Civil sobre os procedimentos a serem realizados e, nessa comunicação, solicitar a documentação preliminar necessária. Para essa etapa, poderá ser utilizado o [ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL](#).

Documentos	
D1	Ato normativo municipal (lei, decreto, portaria ou instrução normativa) de instituição do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e Plano contendo os requisitos.
D2	Evidências dos testes (atas, listas, fotos, vídeos, relatórios, prints/logs, relatórios de cobertura/falhas).
D3	Comprovante de publicação do Plano, em seus aspectos gerais, sem a divulgação de dados pessoais: link/URL e capturas de tela do site/Portal da Transparência.
D4	Procedimento Operacional Padrão (POP) para declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública (fluxo, etapas, responsáveis).
D5	Plano/Protocolo de suprimentos (itens essenciais, estratégia de coleta/armazenamento/distribuição, controle e rastreabilidade, responsáveis, parcerias).
D6	Plano de recuperação pós-desastre e evidências de execução (caso ocorrido um evento no período natural, tecnológico ou humano – que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade).
D7	Relatórios de avaliação de danos/prejuízos com serviços essenciais (energia, saúde, educação, transporte), planilhas e fontes setoriais (caso ocorrido um evento no período natural, tecnológico ou humano – que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade).

SOBRE A VISITAÇÃO À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E AS ENTREVISTAS AOS PROFISSIONAIS

Este roteiro prevê a realização de visita à coordenadoria de defesa civil para a aplicação de entrevistas aos profissionais responsáveis pela área (ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO(S) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELA DEFESA CIVIL).

As questões previstas no roteiro de entrevista servem para coletar informações de modo que o auditor disponha de subsídios para realizar triangulação de evidências entre a análise documental e as entrevistas.

Ressalta-se que as questões 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 do roteiro de entrevista devem ser aplicadas aos responsáveis pela defesa civil **apenas no caso de a resposta à seguinte pergunta ser afirmativa:**

No ano de referência, o Município enfrentou desafios ocasionados por eventos como alagamentos, enxurradas, enchentes, deslizamentos, secas, granizos, quedas de árvores, estiagens etc.?

Trata-se de evento que causou impacto de grandes proporções, causando interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade dos serviços públicos, nas situações enfrentadas.

Sobre as visitas, o ideal é que a coordenadoria seja comunicada antecipadamente, a fim de que tenham condições de se organizar para atender às solicitações da instância executora.

A instância executora poderá requisitar os documentos D1 a D7 antecipadamente ou, a seu critério, poderá solicitar que eles estejam à sua disposição no momento da realização das visitas à coordenadoria de defesa civil.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Item 1 - O Município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, que compreenda os requisitos mínimos previstos em lei?

PA1.1. Verificar se D1 foi apresentado e se há ato formal de instituição Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (portaria, decreto ou outro documento oficial).

PA1.2. Conferir se o Plano (D1) contempla:

- Definição de responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres;
- Definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento;
- Organização dos exercícios simulados, a serem realizados com a participação da população;
- Organização do sistema de atendimento emergencial à população em assuntos afetos à defesa civil (localização das rotas de deslocamento e dos pontos seguros no momento do desastre, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre);
- Ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre;
- Cadastro de equipes e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres, observando LGPD;
- Definição da logística de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos.
- Cenários de risco
- Definição de ações e procedimentos (ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais, rotas de fuga, ações de monitoramento, alerta e alarme) - Exemplo: Ver página 38 do manual publicado no site [Elaboração de Plano de Contingência.pdf](#)

PA1.3. Triangular com a questão da entrevista **1.1** (O Plano vigente contempla responsabilidades, alerta, simulados, atendimento emergencial, ações e procedimentos, cadastro de equipes e logística de suprimentos?)

Item 2 - No ano de referência, o Município avaliou a eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, verificando sua adequação às situações descritas no plano?

A avaliação da eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil é o processo sistemático de verificar, com base em dados de ocorrências reais E/OU exercícios simulados, se as medidas preestabelecidas no plano se encontram aptas para atingir os objetivos e se estão atualizadas.

PA2.1. Confirmar a existência de evidências dos testes (atas, listas, fotos, vídeos, relatórios, prints/logs, relatórios de cobertura/falhas) (D2)

PA2.2. Triangular com a questão da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil **2.2** (Houve a realização de simulados para avaliar a eficácia do Plano de Contingência e Proteção de Defesa Civil?).

PA2.3. Avaliar se a efetividade do plano considerou:

- O histórico de ocorrências de eventos posteriores à formulação do PLACON,
- Se há estudos sobre as condições topográficas e de clima (cenários) – se foram alteradas ou permanecem as mesmas. Exemplo1: Verificar se foi levado em consideração fenômenos que podem afetar o município como “El Niño”, “La Niña”. Exemplo 2: Verificar se houve alteração quanto às áreas de riscos e novos possíveis riscos.
- Planilha de recursos e parcerias atualizada. Exemplo: Anexos IX, X e XI - [Plano de Contingência para Enfrentamento de Riscos e Desastres.pdf](#)
- Revisão e atualização do documento final a partir das constatações de campo – verificar se, a partir dos estudos, o plano está atualizado.

PA2.4. Triangular com a questão da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil **1.2** (O responsável pela defesa civil estudou o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil ou participou de algum curso, de modo a obter conhecimento acerca dos conteúdos completo contemplados no plano?); **2.1** (O responsável pela Defesa Civil participou da elaboração/revisão do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?) E **2.3** (Houve a utilização de histórico de ocorrências para a atualização do plano?)

Item 3 - O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil está disponível no site do Município com a observância da LGPD?

PA3.1. Acessar o link informado e verificar a integralidade do Plano publicado (D3).

PA3.2. Conferir acessibilidade (legibilidade do arquivo) e conformidade com a LGPD (sem exposição de dados pessoais sensíveis).

Observações: O documento final deve ser divulgado ao público, em observância aos princípios da publicidade e da transparência administrativa. Todavia, o plano pode conter informações sensíveis, tais como dados pessoais e contatos diretos de autoridades, gestores e equipes responsáveis pelo acionamento das ações emergenciais. Nesses casos, recomenda-se a disponibilização de uma versão pública, preservando-se as informações sensíveis. Já a versão integral do plano, deve permanecer acessível aos

órgãos e agentes responsáveis pela execução, coordenação e acionamento das ações de proteção e defesa civil.

Item 4 - O Município possui processo de trabalho que defina o passo a passo para declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública?

PA4.1. Verificar existência, vigência e escopo do POP – Procedimento Operacional Padrão (D4) com etapas e responsáveis.

PA4.2 Triangular com a questão da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil **3.1** (O processo de trabalho com o passo a passo para a decretação emergência/calamidade é conhecido pela equipe?).

Item 5 - O Município possui planejamento/processo formalizado para coleta, distribuição e controle de suprimentos destinados à população em caso de desastre?

PA5.1. Verificar existência do plano/protocolo de suprimentos (D5) contendo itens como:

- Itens essenciais, estratégia para gestão de coleta/armazenamento/distribuição;
- Controle do quantitativo de entrada e saída de suprimentos;
- Critérios de priorização (grupos vulneráveis)
- Designação de responsáveis;
- Parcerias.

Exemplo: [Estoques Estratégicos - O Caso da Defesa Civil de Juíz de Fora.pdf](#)

PA5.2 Triangular com a questão **4.1** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Quais itens de suprimentos essenciais são priorizados para a aquisição?)

PA5.3 Triangular com a questão **4.2** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Como funciona a rastreabilidade (entradas/saídas; famílias)? Há, por exemplo, algum formulário desenvolvido, uma planilha, em que constem dados a serem preenchidos como: identificação dos atendidos, número de pessoas que integram o núcleo familiar, residência, profissão, renda, item doado, data da doação?).

PA5.4 Triangular com a questão **4.3** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Há a articulação intersetorial (Assistência Social, Saúde, Organização da Sociedade Civil, dentre outros?).

Os itens 6 e 7 a seguir, só devem ser aplicadas caso a resposta da seguinte pergunta seja afirmativa: No ano de referência, o Município

enfrentou desafios ocasionados por eventos como alagamentos, enxurradas, enchentes, deslizamentos, secas, granizos, quedas de árvores, estiagens etc. - que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade dos serviços públicos, nas situações enfrentadas no ano de referência?

Item 6 – O Município adotou plano de recuperação pós-desastre que contemplasse recomposição de áreas afetadas e apoio a pessoas e animais vitimizados?

PA6.1. Confirmar com o item **5.1** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Qual tipo de evento que ocorreu durante o ano de referência?), se houve a ocorrência do desastre.

PA6.2. Verificar o conteúdo do plano de recuperação (D6) como: contenção de encostas, reconstrução de infraestrutura, realocação de famílias, apoio psicossocial, estímulo à recuperação econômica e abrigos para animais. O plano de recuperação deve contemplar o levantamento dos danos e prejuízos e as ações de recuperação para fazer frente a tais ocorrências

PA6.3 - Triangular com a questão **5.2** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Quais as principais ações de recuperação relacionadas infraestrutura, realocação, apoio social/econômico, animais, que foram adotados no plano pós desastre?)

Item 7 - O Município considera a interrupção dos serviços e/ou danos nas estruturas públicas essenciais na quantificação dos danos e prejuízos causados por desastres, como por exemplo: energia, saúde, educação, transporte e mobilidade?

PA7.1. Confirmar com o item **5.1** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Qual tipo de evento que ocorreu durante o ano de referência?), se houve a ocorrência do desastre.

PA7.2. Analisar se existe alguma metodologia para avaliação de danos/prejuízos (D7), incluindo serviços essenciais (energia, saúde, educação, transporte), com fontes e valoração e triangular com a questão **5.3** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Há uma metodologia para quantificação dos danos e prejuízos?).

PA7.3. Confirmar com a questão **5.4** da entrevista a ser aplicada ao responsável pela defesa civil (Como obtiveram os dados/fontes dos serviços afetados pelo desastre?).

ANEXO I - MODELO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES À COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Assunto: Solicitação de documentos para análise de consistência de dados

Prezado(a) Sr.(a) [Nome do(a) Coordenador(a) de Defesa Civil],

No exercício de nossas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, a [Nome da Instância executora] está realizando um procedimento de consistência de dados sobre o **Planejamento da Defesa Civil**.

O objetivo do trabalho é **verificar a consistência das informações prestadas** pelos interlocutores municipais e, adicionalmente, **identificar oportunidades de aprimoramento** em aspectos relacionados com o planejamento da defesa civil municipal, com possibilidade de emissão de recomendações.

As conclusões deste trabalho não somente nos auxiliarão a entender melhor as práticas correntes, mas também poderão resultar na emissão de recomendações específicas para aprimoramento dos processos em questão.

Nesse sentido, solicitamos gentilmente que nos forneça os seguintes documentos e informações:

Documentos	
D1	Ato normativo municipal (lei, decreto, portaria ou instrução normativa) de instituição do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e Plano contendo os requisitos.
D2	Evidências dos testes (atas, listas, fotos, vídeos, relatórios, prints/logs, relatórios de cobertura/falhas).
D3	Comprovante de publicação do Plano, em seus aspectos gerais, sem a divulgação de dados pessoais: link/URL e capturas de tela do site/Portal da Transparência.
D4	Procedimento Operacional Padrão (POP) para declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública (fluxo, etapas, responsáveis).
D5	Plano/Protocolo de suprimentos (itens essenciais, estratégia de coleta/armazenamento/distribuição, controle e rastreabilidade, responsáveis, parcerias).
D6	Plano de recuperação pós-desastre e evidências de execução (caso ocorrido um evento no período natural, tecnológico ou humano — que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade).

D7	Relatórios de avaliação de danos/prejuízos com serviços essenciais (energia, saúde, educação, transporte), planilhas e fontes setoriais (caso ocorrido um evento no período natural, tecnológico ou humano — que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade).
----	--

Agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Por favor, encaminhe os documentos solicitados até **[data limite]**, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho de consistência de dados.

Atenciosamente,

[Seu Nome]

[Seu Cargo]

[Contato]

[Email da Instância Executora]

ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO(S) PROFISSIONAL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELA DEFESA CIVIL

As perguntas constantes da entrevista não precisam ser lidas em sua literalidade. É importante que o auditor, após deixar claro o objetivo do procedimento, inicie uma conversa com o profissional entrevistado de modo que consiga alcançar uma boa compreensão de sua visão quanto à política.

Sempre que possível, registre no campo "Comentários" informações complementares, que fornecerão subsídios para a elaboração de um relatório que materialize adequadamente as conclusões do auditor e contenha recomendações compreensíveis e efetivas.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome do entrevistado:	
Função:	
Data/hora da entrevista:	

1. Sobre o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e atualização.

1.1. O Plano vigente contempla responsabilidades, alerta, simulados, atendimento emergencial, ações e procedimentos, cadastro de equipes e logística de suprimentos?

() Sim () Não () Não sabe responder

Comentários:

--

1.2. O responsável pela defesa civil estudou o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil ou participou de algum curso, de modo a obter conhecimento acerca do conteúdo completo contemplado no plano?

() Sim () Não () Não sabe responder

Comentários:

--

2. Sobre avaliação anual da eficácia do plano.

2.1 O responsável pela Defesa Civil, no ano de referência, participou da elaboração/revisão do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?

Sim Não Não sabe responder

Comentários:

2.2 Houve a realização de simulados para avaliar a eficácia do Plano de Contingência e Proteção de Defesa Civil?

Sim Sim, com apoio da gestão do Estado Não Não sabe responder

Comentários:

2.3. Houve a utilização de histórico de ocorrências para a atualização do plano? Caso a resposta seja afirmativa, indique a base de dados que considera para o levantamento de histórico de ocorrências (ex. Registros no SISDC, Atlas)

Sim Não Não sabe responder

Comentários:

3. Sobre processo de trabalho com o passo a passo para a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública.

3.1. O processo de trabalho com o passo a passo para a decretação de emergência/calamidade é conhecido pela equipe?

Sim Não Não sabe responder

Comentários:

4. Sobre logística de suprimentos.

4.1. Quais itens de suprimentos essenciais são priorizados para aquisição?

Comentários:

4.2. Como funciona a rastreabilidade (entradas/saídas; famílias)? Há, por exemplo, algum formulário desenvolvido, uma planilha, em que constem dados a serem preenchidos como: identificação dos atendidos, número de pessoas que integram o núcleo familiar, residência, profissão, renda, item doado, data da doação?

Comentários:

4.3. Há a articulação intersetorial (Assistência Social, Saúde, Organização da Sociedade Civil, dentre outros)?

Comentários:

As próximas questões só devem ser aplicadas caso a resposta à pergunta seja afirmativa: No ano de referência, o Município enfrentou desafios ocasionados por eventos como alagamentos, enxurradas, enchentes, deslizamentos, secas, granizos, quedas de árvores, estiagens etc.? - que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade dos serviços públicos, nas situações enfrentadas no ano de referência

5. Sobre plano de recuperação pós-desastre

5.1 Qual tipo de evento que ocorreu durante o ano de referência?

Comentários:

5.2 Quais as principais ações de recuperação relacionadas infraestrutura, realocação, apoio social/econômico, animais, que foram adotados no plano pós-desastre?

Comentários:

5.3 Há uma metodologia para quantificação dos danos e prejuízos?

Comentários:

5.4 Como obtiveram os dados/fontes dos serviços afetados pelo desastre?

Comentários:

ANEXO III - FORMULÁRIO DE CONSISTÊNCIA DE DADOS (CHECKLIST)

Item 1 - O Município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil que compreenda os requisitos mínimos previstos em lei?						
Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O ato normativo que institui o Plano de Contingências foi apresentado (D1)?	PA1.1				AC01	
O Plano de Contingência possui o conteúdo mínimo (alerta, simulados, saúde, equipes, logística)?	PA1.2 e 1.3				AC01	

Item 2 - No ano de referência, o Município avaliou a eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, verificando sua adequação às situações descritas no plano?						
Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Foi apresentado evidências dos testes/simulados (atas, listas, fotos, vídeos, relatórios, prints/logs, relatórios de cobertura/falhas) (D2)?	PA2.1				AC02	
Conforme entrevista, houve realização de simulados?	PA2.2				AC02	

A avaliação da eficácia do Plano de Contingência abrange históricos e estudos sobre cenários e eventos?	PA.2.3				AC02	
O(s) responsável(is) pela Defesa Civil possuem conhecimento e/ou participaram das revisões do Plano de Contingência (questão 1.2 e 2.1).	PA.2.4				AC02	

Item 3 - O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil está disponível no site do Município?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O Plano de Contingência está publicado (D3)?	PA3.1				AC03	
O Plano de Contingência possui fácil acessibilidade (legibilidade do arquivo) e conformidade com a LGPD (sem exposição de dados pessoais sensíveis)?	PA3.2				AC03	

Item 4 - O Município possui processo de trabalho que defina o passo a passo para decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O POP vigente (D4) contempla etapas e responsáveis para declaração de situação de emergência e estado de calamidade?	PA4.1				AC04	
A equipe conhece o processo de trabalho para decretação emergência/calamidade?	PA4.2				AC04	

Item 5 - O Município possui planejamento/processo formalizado para coleta, distribuição e controle de suprimentos destinados à população em caso de desastre?

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
O documento (D5) está completo (priorização, logística, controle/rastreio)?	PA5.1				AC05	
O documento (D5) contempla a priorização de itens essenciais?	PA5.2				AC05	
Há rastreabilidade de entradas e saídas?	PA5.3				AC05	
Há intersetorialidade com assistência social ou saúde ou organização da sociedade civil, dentre outros?	PA5.4				AC05	

Item 6 - Nas situações enfrentadas no ano de referência, o Município adotou plano de recuperação pós-desastre que contemplasse recomposição de áreas afetadas e apoio a pessoas e animais vitimizados? (Aplicável se houve evento de desastre).

Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Houve ocorrência de eventos que tenham causado interrupções significativas das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade dos serviços públicos, nas situações enfrentadas no ano de referência?	PA6.1					

O Plano de recuperação (D6) apresentado contempla levantamento dos danos e prejuízos e as ações de recuperação pós-desastre?	PA6.2 e PA6.3				AC06	
Item 7 - O Município considera a interrupção dos serviços e/ou danos nas estruturas públicas essenciais na quantificação dos danos e prejuízos causados por desastres, como por exemplo: energia, saúde, educação, transporte e mobilidade?						
Quesito	PA	Sim	Não	Não se aplica	Possíveis achados	Observações
Houve ocorrência de eventos que tenham causado interrupções significativas?	PA7.1					
Há uma metodologia para quantificação de danos?	PA7.2				AC07	
Houve a busca por dados/fontes dos serviços afetados pelo desastre para quantificação de danos e prejuízos?	PA7.3				AC07	

ANEXO IV – POSSÍVEIS ACHADOS E RECOMENDAÇÕES

Possíveis achados		Recomendações aplicáveis
AC01	Inexistência de Plano de Contingência instituído por ato e/ou plano sem requisitos mínimos (responsáveis, alerta, simulados, saúde, equipes, logística).	Instituir/adequar o Plano por ato normativo, incluindo todos os requisitos; atualizar cenários e assegurar coerência com riscos locais; aprovar e divulgar internamente.
AC02	Ausência de avaliação anual do Plano e/ou relatório incompleto (sem simulados/testes/atualização/planos de melhoria/ histórico de ocorrências).	Implantar rotina anual de avaliação com simulados (equipes e população), testes de alerta, histórico de ocorrências, revisão de cenários/mapas e plano de melhorias com prazos e responsáveis.
AC03	Plano não publicado integralmente no site/portal ou publicação com dados pessoais expostos.	Publicar o Plano integral em formato acessível; adequar conteúdo à LGPD (anonimização/ocultação do que for sensível).
AC04	Inexistência de POP para declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública.	Formalizar POP com etapas, responsáveis e documentação; treinar equipe para declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública.
AC05	Inexistência/insuficiência do planejamento de suprimentos (sem priorização, logística, controle/rastreio, responsáveis, parcerias ou articulação intersetorial).	Instituir/adequar plano/protocolo de suprimentos com critérios de priorização, logística, rastreabilidade, responsáveis, articulação intersetorial e monitorar atendimentos.
AC06	Houve evento de impacto, que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade dos serviços públicos, mas não foi adotado plano de recuperação.	Elaborar e executar plano de recuperação com metas, prazos, responsáveis, cobrindo infraestrutura, reassentamentos, apoio psicossocial/econômico e proteção animal; monitorar resultados.
AC07	Avaliação de danos não contempla serviços essenciais e/ou não possui documentação oficial adequada.	Aprimorar a metodologia de avaliação de danos para incluir e quantificar impactos em serviços essenciais, definindo fontes setoriais e padronizando registros/relatórios.